

DESNUTRIÇÃO E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA INFÂNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Kállita Cristina do Nascimento Silva¹
Maria das Graças Freitas de Carvalho²
Elaine Fernanda da Silva³
Marília Cândido Fideles⁴
Mariana Martins Moreira⁵
Lorena Morais Costa⁶

RESUMO

A insegurança alimentar é um dos múltiplos e inter-relacionados determinantes da desnutrição. No Brasil, uma fração significativa da população apresenta dificuldade no acesso regular e permanente aos alimentos, fator relacionado principalmente a insuficiência de recursos financeiros. O objetivo do presente trabalho foi revisar a literatura sobre o impacto da insegurança alimentar na desnutrição de crianças brasileiras. A revisão integrativa foi realizada utilizando as bases de dados PubMed, BVS e Scielo, com a questão norteadora: "Como a insegurança alimentar e nutricional predispõe as crianças brasileiras à desnutrição?". Foram selecionados sete artigos. Os resultados indicam que, em crianças com déficit de estatura, 42% apresentaram insegurança alimentar leve. Famílias abaixo da linha da pobreza têm maior prevalência de desnutrição infantil e insegurança alimentar moderada/grave (67%). Crianças em insegurança alimentar têm maior risco de desnutrição crônica, refletindo-se na baixa estatura. Os indígenas apresentam a maior taxa de desnutrição (31,45%), com valores ainda mais altos na Região Norte (38,66%). Entre as crianças vulneráveis socialmente, 56,5% têm redes sociais pequenas, e 77,2% enfrentam insegurança alimentar. O acesso aos alimentos é crucial para os padrões alimentares e os efeitos nutricionais. A desnutrição é mais prevalente entre crianças negras, beneficiários de programas de transferência de renda e residentes de áreas carentes. Conclui-se que a desnutrição resulta da falta de acesso a alimentos adequados, causado pela insegurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: Criança. Insegurança alimentar. Desnutrição.

MALNUTRITION AND FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY IN CHILDHOOD: A LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

Food insecurity is one of the multiple and interrelated determinants of malnutrition. In Brazil, a significant portion of the population faces difficulties in accessing regular and permanent food, a factor primarily related to insufficient financial resources. The aim of this study was to review the literature on the impact of food insecurity on child malnutrition in Brazil. An integrative review was conducted using the PubMed, BVS, and Scielo databases, with the guiding question: "How does food and nutritional insecurity predispose Brazilian children to malnutrition?" Seven articles were selected. The results indicate that, in children with height deficit, 42% presented mild food insecurity. Families below the poverty line have a higher prevalence of childhood malnutrition and moderate/severe food insecurity (67%). Children in food insecurity are at greater risk of chronic malnutrition, which is reflected in short stature. Indigenous children have the highest malnutrition rate (31.45%), with even higher values in the North Region (38.66%). Among socially vulnerable children, 56.5% have small social networks, and 77.2% face food insecurity. Access to food is crucial for dietary patterns and nutritional effects. Malnutrition is more prevalent among Black children, beneficiaries of income transfer programs, and residents of impoverished areas. It is concluded that malnutrition results from the lack of access to adequate food, caused by food and nutritional insecurity.

Keywords: Child. Food insecurity. Malnutrition.

¹ Centro Universitário Araguaia, e-mail: kallita.cristina@uniaraguaia.edu.br

² Instituto Federal Goiano, e-mail: maria.freitas@ifgoiano.edu.br

³ Centro Universitário Araguaia, e-mail: elaine.fernanda@uniaraguaia.edu.br

⁴ Centro Universitário Araguaia, e-mail: marilia.candido@uniaraguaia.edu.br

⁵ Centro Universitário Araguaia, e-mail: coordnutricao@uniaraguaia.edu.br

⁶ Centro Universitário Araguaia, e-mail: lorena.morais@uniaraguaia.edu.br

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito que se refere à garantia de acesso a alimentos em qualidade e quantidade suficiente, sem comprometer as demais necessidades essenciais. Esse conceito abrange não apenas a disponibilidade de alimentos, mas também a capacidade das famílias de acessar alimentos nutritivos de forma regular, o que é fundamental para a promoção da saúde e o bem-estar de indivíduos e comunidades (Morais; Lopes; Priore, 2020).

Devido à alta prevalência e aos prejuízos causados ao organismo humano, a desnutrição infantil é um dos maiores problemas de saúde pública que ocorrem nos países em desenvolvimento. Normalmente, a identificação da desnutrição é efetuada utilizando um ou mais índices, sendo eles: estatura-para-idade (E/ I), peso-para-idade (P/I) e peso-para-estatura (P/E). O índice E/I sofre pouca alteração em curtos períodos. A ocorrência de danos à estatura da criança é resultante da desnutrição crônica, que se encontra frequentemente associada à pobreza, infecções repetidas e ingestão inadequada de nutrientes. O índice P/E, quando prejudicado, revela perda de peso atual, podendo indicar um processo de desnutrição aguda ou atual (Souza; Pedraza; Menezes, 2012).

A insegurança alimentar é um dos múltiplos e inter-relacionados determinantes da desnutrição (Barros et al., 2022). Apesar de a fome e a desnutrição serem as evidências mais dolorosas do estado de insegurança alimentar e a falta de acesso aos alimentos sua razão primordial, também vale ressaltar outra perspectiva da situação, como a obesidade, doenças relacionadas à má alimentação e ingestão de alimentos com qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde (Souza; Pedraza; Menezes, 2012).

O acesso aos alimentos é um fator determinante dos padrões alimentares e dos efeitos nutricionais relacionados. A maioria das pessoas não possui acesso físico e econômico a uma dieta saudável nem condições financeiras para obter cuidados nutricionais de qualidade. Além disso, os alimentos ricos em nutrientes, como frutas e vegetais frescos, podem ter maior custo “por caloria” se comparado a alimentos com maior densidade energética e baixo valor nutricional. Portanto, alimentos processados e com alta densidade energética apresentam um preço relativamente baixo, sugerindo um impacto das desigualdades socioeconômicas nas taxas de desnutrição. A fome oculta pode ocorrer quando não necessariamente há falta de acesso a alimentos nas quantidades necessárias, mas sim quando o acesso é majoritariamente a alimentos com alto teor energético e baixa qualidade nutricional. Sendo assim, uma criança com obesidade pode ter deficiência de micronutrientes (Agostoni et al., 2023).

No Brasil, uma fração significativa da população apresenta dificuldade no acesso regular e permanente aos alimentos, fator relacionado principalmente a insuficiência de recursos financeiros (Lopes et al., 2019). As famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza apresentam elevada prevalência de desnutrição em crianças e adolescentes além da insegurança alimentar (Cabral et al., 2013).

A educação materna também é um fator que influencia significativamente nos hábitos alimentares saudáveis de crianças. Além disso, quando a mãe possui um nível mais adequado de educação, as oportunidades de inserção no mercado de trabalho podem ser maiores, podendo proporcionar o aumento da renda familiar e, por conseguinte, o acesso aos alimentos (Barros et al., 2022). Outro fator relacionado à insegurança alimentar são os grupos em vulnerabilidade racial, como pretos, pardos e indígenas, que possuem maior tendência a obter desfechos negativos de saúde e mortalidade, tal como acesso a bens e serviços reduzidos (Dutra et al., 2021).

Nesse contexto o objetivo do presente trabalho foi revisar a literatura sobre o impacto da insegurança alimentar na desnutrição de crianças no Brasil.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. As bases de dados utilizadas foram: PubMed, Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e Scielo. Para a organização da revisão, foi utilizada a seguinte questão norteadora: “Como a Insegurança Alimentar e Nutricional predis põe as crianças brasileiras à desnutrição?”.

Os descritores utilizados foram “criança”; “insegurança alimentar”; “desnutrição”, catalogados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). O operador booleano aplicado foi “AND”. O quadro 1 apresenta a estratégia de busca usada com os descritores.

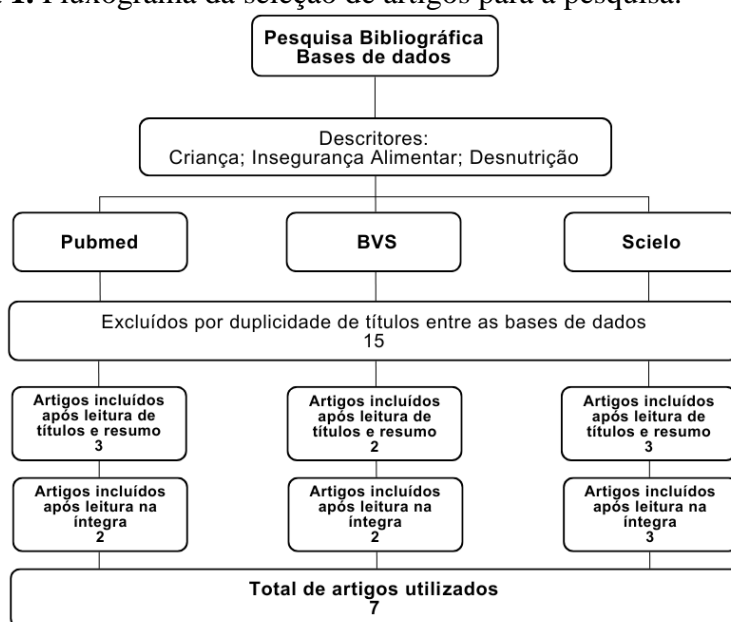
Quadro 1. Estratégia de busca.

Base de dados	Descritores	Número de artigos resgatados
PubMed	Child AND Food Insecurity AND Malnutrition	311
BVS*	Crianças AND Insegurança Alimentar AND Desnutrição	89
Scielo	Crianças AND Insegurança Alimentar AND Desnutrição	12
Total		412

*Biblioteca Virtual de Saúde

Para seleção dos artigos foram usados os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês e que respondessem à questão norteadora. Os critérios de exclusão foram: duplicidade nas bases de dados e artigos pagos. Ao final foram selecionados 7 artigos. A figura 1 apresenta o fluxograma da busca realizada bem como a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão.

Figura 1. Fluxograma da seleção de artigos para a pesquisa.



RESULTADOS

O resultado da busca bibliográfica encontra-se no quadro 2.

Quadro 2. Resultados da busca bibliográfica.

Autores	Ano	Objetivos	Resultados
Souza; Pedraza; Menezes.	2012	Examinar fatores associados a excesso de peso, déficit de estatura e déficit de peso em crianças assistidas em creches de João Pessoa, bem como descrever a situação de (in)segurança alimentar das suas famílias	A maioria das famílias apresentaram insegurança alimentar (59,6%). Sendo insegurança alimentar leve (32,4%), insegurança alimentar moderada (18,0%) e insegurança alimentar grave (9,2%). Houve maior proporção de segurança alimentar nas crianças que apresentaram estatura e peso normais. Já as crianças com déficit de estatura houve maior proporção de insegurança alimentar leve (42,0%). Também houve alta prevalência de insegurança alimentar leve (43,8%) em crianças com excesso de peso, valor próximo de 50,0% de segurança alimentar nesse grupo de crianças.
Cabral et al.	2013	Avaliar o estado nutricional, o consumo e a segurança alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família residentes nas favelas de Maceió (AL).	As famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza apresentam elevada prevalência de desnutrição em crianças e adolescentes além da insegurança alimentar moderada/grave em 67% das famílias. Existem também altas taxas de desnutrição entre as crianças e adolescentes mesmo em famílias que recebem o benefício.
Lopes et al.	2019	Analisar o perfil epidemiológico nutricional de crianças menores de cinco anos atendidas pela ESF no estado do Maranhão e verificar se o processo de transição nutricional já está ocorrendo nessa população, inclusive entre as famílias que apresentam situação de insegurança alimentar.	As crianças que moram nas áreas rurais apresentaram uma média de altura menor do que as crianças que moram em áreas urbanas. Quanto ao IMC, foi observada uma média maior nas crianças das áreas urbanas do que em áreas rurais.

Dutra et al.	2021	Analisar o estado nutricional de acordo com raça/cor e região geográfica entre crianças maranhenses e brasileiras beneficiárias do Programa Bolsa Família.	Os indígenas apresentaram a maior prevalência de desnutrição do país (31,45%), sendo esse valor ainda maior na Região Norte (38,66%). As crianças de raça branca apresentaram as menores prevalências de desnutrição do país (12,45%), e em todas as regiões. A menor prevalência de desnutrição deste grupo foi observada na Região Sul (10,92%), e a maior na Região Norte (16,36%). No Brasil, a maior prevalência de excesso de peso foi observada na raça amarela (18,33%) e na branca (17,05%), e a menor nos indígenas (14,74%). Houve maior prevalência de excesso de peso entre os indígenas (22,94%) e amarelos (20,68%) na Região Sul.
Barros et al.	2022	Avaliar a relação entre a insegurança alimentar e nutricional (IAN) da família e a rede social de crianças desnutridas.	A maioria das crianças desnutridas que vivem em situação de vulnerabilidade social (56,5%) possuem rede social pequena (com menos de dez pessoas) e alta prevalência de insegurança alimentar (77,2%). A insegurança alimentar moderada e grave podem causar desnutrição, podendo ocasionar em morte principalmente quando relacionada a infecções recorrentes.
Agostoni et al.	2023	Analisar as principais questões relacionadas com a desnutrição infantil, com especial enfoque nas alterações climáticas e nos sistemas alimentares	O acesso aos alimentos é um fator determinante dos padrões alimentares e dos efeitos nutricionais relacionados. A maioria das pessoas não possui acesso físico e econômico a uma dieta saudável nem condições financeiras para obter cuidados nutricionais de qualidade. As alterações climáticas podem impactar a produção alimentar e a segurança alimentar e nutricional. As consequências

			sobre a quantidade, qualidade e acesso aos alimentos dos setores agrícola, pesqueiro e pecuário agravam as deficiências nutricionais, a desnutrição crônica e a vulnerabilidade da população com maior insegurança alimentar.
Albuquerque; Ibelli; Sawaya.	2023	Descrever o cenário da desnutrição infantil no Brasil e seus determinantes.	A desnutrição infantil possui diversas causas, com raízes profundas na pobreza, sendo as principais: insegurança alimentar e nutricional; baixo peso ao nascer; baixa escolaridade materna; falta de acesso a água, saneamento básico e serviços de saúde; nanismo materno e baixo peso. A maior prevalência de desnutrição infantil tende a ser em pessoas negras, beneficiários de programas de transferência condicionada de renda e moradores de regiões carentes.

DISCUSSÃO

A insegurança alimentar foi observada em 59,6% das famílias conforme o estudo de Souza; Pedraza; Menezes (2012). No estudo de Cabral et al (2013), se obteve um número pouco maior, sendo 67% das famílias com insegurança alimentar. O autor Lopes et al (2019) apresentou um valor ainda maior, 70,4% de insegurança alimentar. E o autor Barros et al (2022) constatou 72,8% em situação de insegurança alimentar. Vale ressaltar que todos esses estudos foram realizados com populações em situações de vulnerabilidade social, como residentes em regiões com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), beneficiários de programa de transferência de renda (Programa Bolsa Família) e raças mais desfavorecidas na sociedade.

Em relação à desnutrição, Barros et al (2022) aponta que 56,5% das crianças em seu estudo apresentaram desnutrição e vivem em situação de vulnerabilidade social. O estudo de Lopes et al (2019) mostrou que 7,7% das crianças observadas apresentaram baixa estatura para a idade, enquanto 1,9% apresentaram estatura muito baixa para a idade. Comparando com os resultados de Castro et al (2023), os valores foram semelhantes, a prevalência de baixa estatura em crianças menores de 5 anos no Brasil foi de aproximadamente 7%. As crianças em situação de insegurança alimentar possuem maior tendência de apresentar baixa estatura, normalmente devido à desnutrição crônica (Lopes et al., 2019).

Os estudos de Souza; Pedraza; Menezes (2012), Albuquerque; Ibelli; Sawaya (2023) e Cabral et al (2013), afirmam que as condições socioeconômicas são determinantes do estado nutricional das crianças, visto que as populações mais carentes apresentam alta prevalência de desnutrição. Grupos vulneráveis como indígenas, quilombolas, moradores da região norte do Brasil, e famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, são vítimas de altas prevalências de desnutrição crônica (Brasil, 2013). Segundo Dutra et al (2021), a maior prevalência de desnutrição foi observada na população indígena, sendo que, na região norte do país o valor foi maior. Nesse mesmo estudo, a menor prevalência de desnutrição foi observada em crianças de raça branca, sendo esse valor ainda menor na região sul do país.

Foi possível observar também uma disparidade em crianças moradoras de áreas urbanas e áreas rurais. De acordo com Lopes et al (2019), as crianças que moram em áreas rurais possuem altura e IMC menores do que as crianças das áreas urbanas. Em outro estudo, do autor Araújo et al (2016), que foi realizado no Acre, também constatou maior prevalência de déficit de estatura por idade em crianças da área rural.

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política pública que tem como principal objetivo o combate da fome no Brasil através da transferência direta de renda às famílias que recebem o benefício (Brasil, 2023). De acordo com Cabral et al (2013), o aumento da renda das famílias que recebem o benefício fez com que estes passassem a consumir alimentos mais palatáveis e com alta densidade energética. Apesar da alta prevalência de desnutrição em crianças e adolescentes, seu estudo apresenta alta prevalência de sobrepeso/obesidade em adultos. Dutra et al (2021) também afirma que o aumento da renda das famílias beneficiárias do PBF pode produzir um desfecho negativo no estado nutricional das crianças, devido à forte tendência que as famílias brasileiras têm de dar preferência à alimentos ultraprocessados. Esse aspecto também foi abordado em um estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, 2021), que apresentou alto consumo de ultraprocessados e alta incidência de práticas alimentares não saudáveis na primeira infância em famílias beneficiárias do PBF.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa garantir a segurança alimentar e nutricional das crianças através do fornecimento da alimentação na educação básica pública (Brasil, 2013). No entanto, o estudo de Souza; Pedraza; Menezes (2012) realizado em creches do município de João Pessoa demonstrou que 59,6% das famílias das crianças se encontravam em situação de insegurança alimentar.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos no presente estudo, a desnutrição em crianças ainda é um grande problema de saúde pública. A desnutrição é um problema social, consequência da falta de acesso aos alimentos em quantidade ou qualidade adequados, ocasionada pela situação de Insegurança Alimentar e Nutricional. A Insegurança Alimentar gera forte impacto no desenvolvimento infantil, sendo o impacto ainda maior em famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social.

A existência de políticas públicas que visem promover a segurança alimentar e nutricional nem sempre é suficiente. Portanto, a constante vigilância sobre as possíveis alterações do estado nutricional dessas crianças, é imprescindível para que as políticas públicas sejam eficazes na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

REFERÊNCIAS

- AGOSTONI, C.; BAGLIONI, M.; VECCHIA, A. L.; MOLARI, G.; BERTI, C. Interlinkages between climate change and food systems: the impact on child malnutrition—narrative review. *Nutrients*, v. 15, n. 2, p. 416, 2023. DOI: 10.3390/nu15020416.
- ALBUQUERQUE, M. P.; IBELLI, P. M. E.; SAWAYA, A. L. Child undernutrition in Brazil: the wound that never healed. *Jornal de Pediatria*, v. 100, n. 1, p. 74-81, 2023. DOI: 10.1016/j.jped.2022.04.001.
- ARAÚJO, T. S.; OLIVEIRA, C. S. M.; MUNIZ, P. T.; SILVA-NUNES, M.; CARDOSO, M. A. Desnutrição infantil em um dos municípios de maior risco nutricional do Brasil: estudo de base populacional na Amazônia Ocidental Brasileira. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 19, n. 3, p. 554–566, 2016. DOI: 10.1590/1980-5497201600030007.
- BARROS, L. K. N.; CLEMENTE, A. P. G.; BUENO, N. B.; SILVA-NETO, L. G. R.; PUREZA, I. R. O. M.; BRITTO, R. P. A.; SANTOS, M. R. C.; FLORÊNCIO, T. M. M. T. Rede social de crianças desnutridas e sua relação com a segurança alimentar e nutricional da família. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 22, n. 4, p. 1007-1014, 2022. DOI: 10.1590/1806-9304202200040009.
- BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.** Institui o Programa Bolsa Família. Brasília, DF, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2023/L14601.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 29 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em: 29 jan. 2025.
- CABRAL, M. J.; VIEIRA, K. A.; SAWAYA, A. L.; FLORÊNCIO, T. M. M. T. Perfil socioeconômico, nutricional e de ingestão alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 71-87, 2013. DOI: 10.1590/S0103-40142013000100006.
- CASTRO, I. R. R.; ANJOS, L. A.; LACERDA, E. M. A.; BOCCOLINI, C. S.; FARIAS, D. R.; ALVES-SANTOS, N. H.; NORMANDO, P.; FREITAS, M. B.; ANDRADE, P. G.; BERTONI, N.; SCHINCAGLIA, R. M.; BERTI, T. L.; CARNEIRO, L. B. V.; KAC, G. Nutrition transition in Brazilian children under 5 years old from 2006 to 2019. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 2, n. 2, p. e00216622, 2023. DOI: 10.1590/0102-311X00216622.
- DUTRA, M. K. M.; SILVEIRA, V. N. C.; VIOLA, P. C. A. F.; ZAIDAN, F. S.; CARVALHO, C. A. Desigualdade de raça/cor e estado nutricional de crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família no Maranhão e no Brasil. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 16, p. e60362, 2021. DOI: 10.12957/demetra.2021.60362.

LIMA, M. B. P.; ALCANTARA, P. I.; AMARAL, S. **Alimentação na primeira infância: conhecimentos, atitudes e práticas de beneficiários do Programa Bolsa Família**. São Paulo: UNICEF, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/17121/file/alimentacao-na-primeira-infancia_conhecimentos-atitudes-praticas-de-beneficiarios-do-bolsa-familia.pdf.

Acesso em: 29 jan. 2025.

LOPES, A. F.; FROTA, M. T. B. A.; LEONE, C.; SZARFARC, S. C. SZARFARC. Perfil nutricional de crianças no estado do Maranhão. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, p. e190008, 2019. DOI: 10.1590/1980-549720190008.

MORAIS, D. C.; LOPES, S. O.; PRIORE, S. E. Indicadores de avaliação da insegurança alimentar e nutricional e fatores associados: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Viçosa, v. 25, n. 7, p. 2687-2700, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020257.30842019.

SOUZA, M. M.; PEDRAZA, D. F.; MENEZES, T. N. Estado nutricional de crianças assistidas em creches e situação de (in)segurança alimentar de suas famílias. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3425-3436, 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232012001200006.